



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- | | | | |
|-------------------------------------|------------------------------|---------------|-------------|
| <input type="checkbox"/> | REQUERIMENTO
(.ª) | Número | /XIV |
| <input checked="" type="checkbox"/> | PERGUNTA
(.ª) | Número | /XIV |

Assunto: Nova licença para construção de edifício sobre duna primária do Parque Natural do Litoral Norte, em Esposende

Destinatário: Ministro do Ambiente e da Ação Climática

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Uma nova moradia está a ser construída sobre a duna primária da praia Suave Mar em Esposende, em pleno Parque Natural do Litoral Norte e em zona da Rede Natura 2000. No local da construção existia uma habitação agora demolida para dar lugar a um novo edifício de dois andares. O local de implantação da nova casa foi escavado e a areia retirada, provocando danos na duna primária do parque natural.

O terreno onde se pretende implantar o edifício está situado a escassos metros das águas do mar, podendo estar inserido no Domínio Público Hídrico (marítimo) e numa zona de risco de erosão ou de invasão do mar. As entidades competentes deveriam ter sido consultadas no sentido de esclarecer se aquela zona da faixa litoral está sujeita a regime especial de proteção.

É inaceitável que a Câmara Municipal de Esposende volte a licenciar uma nova construção de grande volumetria naquela zona sensível da orla costeira, depois de já ter viabilizado a ampliação e edificação de outras moradias no mesmo local. Segundo o aviso do alvará de construção, a moradia terá uma volumetria de 1451 m³, área de 409 m² e cêrcea de 4,8 metros.

No atual contexto de crise ecológica e climática, os municípios e a Administração Central devem envidar todos os esforços para preservar as estruturas naturais da faixa litoral, como praias e dunas, pois estas constituem a primeira linha de proteção contra os cada vez mais frequentes eventos climáticos extremos e contra a imparável subida do nível médio das águas do mar e os galgamentos que assolam a nossa costa.

Foi com o intuito de proteger o cordão dunar da crescente pressão urbanística na costa de Esposende que foi criada a Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende, em 1987. Esta área foi alargada em 2005, passando a ser o Parque Natural do Litoral Norte, concebido para salvaguardar os valores naturais e paisagísticos da região e contribuir para o ordenamento urbanístico do município. Também o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho visa conter a construção e ampliação de edifícios na faixa litoral de Esposende, promovendo a renaturalização do cordão dunar.

A Câmara Municipal de Esposende tem violado reiteradamente os objetivos dos instrumentos de planeamento e



salvaguarda dos valores naturais e paisagísticos da zona litoral do município ao licenciar novas construções e ampliações de edifícios sobre dunas primárias. O Plano Diretor Municipal do Município de Esposende deveria interditar a construção, ampliação e reconstrução de edifícios no cordão dunar, pelo menos desde a sua última atualização em 2015.

O Governo, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e restantes entidades competentes têm o dever de se pronunciarem sobre os atentados ambientais que estão a ser cometidos nas dunas primárias de Esposende, e contribuir para a proteção e preservação daquela faixa litoral.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda já havia questionado o ministro do Ambiente e da Ação Climática ([Pergunta 3498/XIV/1](#)) e enviado requerimentos à Câmara Municipal de Esposende a propósito de construções na duna primária da praia Suave Mar (Requerimentos [1493/AL/XIV/1](#) e [2-AL/XIV/2](#)). Apesar do incumprimento do Governo e da Câmara Municipal de Esposende do prazo regimental de resposta determinado pela Assembleia da República, o Bloco de Esquerda continua a aguardar pelos esclarecimentos e solicitações requeridas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. O Governo tem conhecimento da construção de um novo edifício de dois pisos (41°32'43.77"N, 8°47'29.51"W) sobre a duna primária da praia Suave Mar, Esposende, em pleno Parque Natural do Litoral Norte e zona da Rede Natura 2000?
 - 1.1. Em caso afirmativo, como avalia o Governo a construção de um novo edifício naquele local?
 - 1.2. O Governo considera que a construção, ampliação e reconstrução de edifícios no cordão dunar do município de Esposende é compatível com os objetivos preconizados no Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte e zonas da Rede Natura 2000, bem como com as orientações do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho?
2. O terreno, ou parte do terreno, onde se pretende implantar a nova construção pertence ao Domínio Público Hídrico?
 - 2.1. Em caso afirmativo, foi reconhecida a propriedade privada daquele terreno, ou parte do terreno, por tribunal competente?
 - 2.2. A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) procedeu à instrução de processo de delimitação do Domínio Público Hídrico naquela faixa litoral? Qual foi o resultado do parecer?



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- 2.3. A APA foi consultada e emitiu parecer(es) sobre o licenciamento de novas construções e ampliações de edifícios na duna primária da praia Suave Mar, em Esposende? Qual foi o resultado do(s) parecer(es)?
3. O Governo considera que o terreno onde se pretende implantar a nova construção está situado numa zona de risco de erosão ou de invasão do mar?
4. O terreno onde se pretende implantar a nova construção está integrado em zona de Reserva Ecológica Nacional (REN)?
5. Como avalia o Governo a construção, reconstrução e ampliação de edifícios em zona REN?
6. O Governo considera proceder à anulação da licença da obra do novo edifício e proceder à restituição, o mais aproximada possível, das condições naturais originais da duna primária da praia Suave Mar?
7. Que medidas prevê o Governo adotar para evitar que situações semelhantes à aqui exposta ocorram no futuro?

Assembleia da República, 7 de dezembro de 2020

**Os deputados e as deputadas,
José Maria Cardoso
Alexandra Vieira
Maria Manuel Rola
Nelson Peralta**